NOVA CONCURSOS

caderno de QUESTÕES

- 1000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 02/2026;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1000

QUESTÕES PARA

TJ-SP

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Escrevente Técnico Judiciário

- Língua Portuguesa
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Direito Processual Civil
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Legislação Interna
- Matemática
- Informática
- Raciocínio Lógico

NOVA CONCURSOS

caderno de QUESTÕES

1.000

QUESTÕES PARA

TJ-SP

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

NV-LV375-26-1000-QUESTOES-TJ-SP-ESCRE
Cód.: 7908428819996

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJ-SP, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca Vunesp, contratada para a realização do certame, para o cargo de Escrevente Técnico Judiciário, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 02/2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA 11

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS 11
→ SUBSTANTIVO 13
→ ADJETIVO 14
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS 15
→ CORRELAÇÃO VERBAL 17
→ PRONOMES PESSOAIS 18
→ PRONOMES POSSESSIVOS 20
→ PRONOMES RELATIVOS 22
→ ADVÉRBIO 23
→ PREPOSIÇÃO 25
→ CONJUNÇÃO 26
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS 30
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC) 37
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS) 43
→ CRASE 49
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) 55
→ FIGURAS DE LINGUAGEM 60
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) 64
→ GABARITO 77

DIREITO PENAL 81

→ DIREITO PENAL - MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP) 81
→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP) 81
→ PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO (ARTS. 294 A 295 DO CP) 81
→ FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO (ART. 296 DO CP) 81
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP) 81
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP) 82
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP) 83
→ FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA (ART. 300 DO CP) 83
→ FALSIDADE DE ATESTADO MÉDICO (ART. 302 DO CP) 83

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP) 83
→ FALSA IDENTIDADE (ARTS. 307 A 308 DO CP) 83
→ PECULATO (ART. 312 DO CP) 84
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP) 86
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP) 86
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART. 315 DO CP) 86
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP) 86
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP) 88
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP) 88
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP) 89
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP) 89
→ VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA (ART. 322 DO CP) 89
→ ABANDONO DE FUNÇÃO (ART. 323 DO CP) 90
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP) 90
→ RESISTÊNCIA (ART. 329 DO CP) 90
→ DESACATO (ART. 331 DO CP) 91
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP) 91
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP) 91
→ INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU DE SINAL (ART. 336 DO CP) 92
→ SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO (ART. 337 DO CP) 92
→ DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP) 92
→ AUTO-ACUSAÇÃO FALSA (ART. 341 DO CP) 92
→ COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ART. 344 DO CP) 92
→ EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES (ARTS. 345 E 346 DO CP) 93
→ DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL SOBRE PERDA OU SUSPENSÃO DE DIREITO (ART. 359 DO CP) 93
→ GABARITO 93

DIREITO PROCESSUAL PENAL 95

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP) 95
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP) 96
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP) 96
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP) 97
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP) 97
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 394 E 394-A DO CPP) 99
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP) 99
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP) 100
→ DO PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538 DO CPP) 100
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP) 100
→ DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS OU DESTRUÍDOS (ARTS. 541 A 548 DO CPP) 103

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ TEORIA GERAL DOS RECURSOS CRIMINAIS (DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS)..... 103
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO..... 103
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)..... 104
→ EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE..... 104
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)..... 104
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP)..... 104
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995)..... 105
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995)..... 107
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995)..... 107
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995)..... 107
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995)..... 108
→ GABARITO..... 109

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 111

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)..... 111
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)..... 111
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211)..... 112
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217)..... 112
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235)..... 112
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259)..... 113
→ DAS INTIMAÇÕES (ARTS. 269 A 275)..... 113
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311)..... 113
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PROCEDIMENTO COMUM (ART. 318)..... 116
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331)..... 116
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332)..... 116
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334)..... 116
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)..... 117
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346)..... 117
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357)..... 118
→ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368)..... 118
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380)..... 118
→ DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383)..... 118
→ DO DEPOIMENTO PESSOAL (ARTS. 385 A 388)..... 119
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 389 A 395)..... 119
→ DA PROVA DOCUMENTAL (ARTS. 405 A 438)..... 119
→ DA PROVA TESTEMUNHAL (ARTS. 442 A 463)..... 120
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480)..... 120
→ DA INSPEÇÃO JUDICIAL (ARTS. 481 A 484)..... 121
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508)..... 121

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) 123
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) 124
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014) 125
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020) 125
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021) 126
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) 126
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 12.153/2009 - JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA 126
→ GABARITO 127

DIREITO CONSTITUCIONAL 129

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS) 129
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 129
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988) 130
→ HABEAS CORPUS 132
→ MANDADO DE SEGURANÇA 132
→ MANDADO DE INJUNÇÃO 132
→ HABEAS DATA 133
→ AÇÃO POPULAR 133
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) 133
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988) 135
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) 135
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS 136
→ PERDA DA NACIONALIDADE 137
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE) 137
→ DOS SÍMBOLOS E IDIOMA DA REPÚBLICA (ART. 13 DA CF/1988) 137
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988) 138
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988) 141
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988) 143
→ GABARITO 143

DIREITO ADMINISTRATIVO 145

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOUTRINA E LEIS FEDERAIS) - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992) 145
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992) 149
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992) 151
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992) 153
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992) 153
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992) 156

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992) 156
→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 10 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968) 157
→ PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS (ARTS. 11 A 86 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968) 157
→ DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES (ARTS. 241 A 244 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968) 158
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (ARTS. 274 A 307 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968) 161
→ GABARITO 161

LEGISLAÇÃO INTERNA 163

→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.111/2010 - PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES DO TJSP 163
→ TOMO I - CAPÍTULO II: SEÇÃO I - SUBSEÇÕES I E II (ARTS. 5º A 18 DAS NSCJSP) 163
→ TOMO I - CAPÍTULO III: SEÇÕES I, II, III, V, VI E VII (ARTS. 26 A 34, 46 A 86 DAS NSCJSP) 164
→ TOMO I - CAPÍTULO III: SEÇÃO VIII - SUBSEÇÕES I, II E III (ARTS. 87 A 99 DAS NSCJSP) 165
→ TOMO I - CAPITULO III: SEÇÕES IX A XV (ARTS. 103 A 142 DAS NSCJSP) 166
→ TOMO I - CAPITULO III: SEÇÕES XVII A XIX (ARTS. 157 A 189-G DAS NSCJSP) 166
→ TOMO I - CAPÍTULO VII (ART. 994 A 1.091-A DAS NSCJSP) 166
→ TOMO I - CAPÍTULO XI: SEÇÕES I, IV E V (ARTS. 1189 A 1195, 1220 A 1222, 1224 A 1227 DAS NSCJSP) 166
→ TOMO I - CAPITULO XI: SEÇÃO VI - SUBSEÇÕES I, III, V E XIII (ARTS. 1228, 1237 A 1239, 1243 E 1265) 168
→ DEMAIS ASSUNTOS E DISPOSITIVOS DA NSCGJSP 168
→ REGIMENTO INTERNO DO TJSP 168
→ LEI ESTADUAL Nº 11.608/2003 - TAXA JUDICIÁRIA (TJSP) 169
→ RESOLUÇÃO TJSP Nº 850/2021 - REGULAMENTO O TELETRABALHO NO ÂMBITO DO TJ-SP 169
→ RESOLUÇÃO TJSP Nº 963/2025 - GOVERNANÇA E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA EPROC NAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO (TJ-SP) 170
→ GABARITO 170

MATEMÁTICA 171

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS 171
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS) 172
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS 172
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES 173
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA 174
→ PORCENTAGEM 175
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS 176
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC) 177
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU 178
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS 179
→ DEFINIÇÃO, MEDIDA, CONGRUÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS ÂNGULOS 180
→ CÁLCULO DE ÂNGULOS ENTRE PONTEIROS DO RELÓGIO 180

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO 180
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS) 181
→ MATEMÁTICA FINANCEIRA - JUROS SIMPLES 182
→ GABARITO 183

INFORMÁTICA 185

→ INFORMÁTICA - WINDOWS 11 185
→ WINDOWS 10 188
→ WORD 2024 E WORD 365 (ASSINATURA DE 2024 EM DIANTE) 190
→ EXCEL 2024 E EXCEL 365 (ASSINATURA DE 2024 EM DIANTE) 191
→ GOOGLE CHROME 192
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO) 194
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE) 195
→ MICROSOFT TEAMS 196
→ GABARITO 198

RACIOCÍNIO LÓGICO 199

→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS 199
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE 199
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES 202
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS 204
→ GABARITO 208

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS

1. (VUNESP – 2026)

Ideias minhas, multidão de ideias,
Que algum dia da **cítara** fiava
Vinde, trazei-me as horas que eu passava
Ao som de menos ríspidas cadeias:
Bem que tristes, de paz as horas cheias,
Saturno no seu cofre as sepultava,
No feliz tempo em **qu'inda** eu ignorava
Que haviam para mim outras mais feias.
Ide colher aos ermos tenebrosos
Os ais que lá deixei menos sentidos,
Para modelo destes tão queixosos:
Talvez que esses antigos meus gemidos,
Com que eu domava os monstros furiosos,
Hoje abrandem meus fados desabridos.

(Marquesa de Alorna. Sonetos, 2007.)

1 **cítara:** instrumentos de cordas, derivado da lira.

2 **Saturno:** deus que simbolizava o tempo.

3 **qu'inda:** que ainda.

4 **fado:** destino.

5 **desabrido:** áspero, rude.

Diferentemente dos processos de formação vocabular que consistem em acréscimo ou subtração de afixos a um radical, um vocábulo também pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra sem alterações formais. Tal processo é denominado conversão.

Verifica-se uma palavra formada por conversão no seguinte verso:

a) "Ao som de menos ríspidas cadeias:" **(primeira estrofe)**
b) "Os ais que lá deixei menos sentidos," **(terceira estrofe)**
c) "Hoje abrandem meus fados desabridos." **(quarta estrofe)**
d) "Vinde, trazei-me as horas que eu passava" **(primeira estrofe)**
e) "Talvez que esses antigos meus gemidos," **(quarta estrofe)**

---

2. (VUNESP – 2026) Para responder à questão, leia o soneto da poeta portuguesa Florbela Espanca.

O MAIOR BEM

Este querer-te bem sem me quereres, A)
Este sofrer por ti constantemente,
Andar atrás de ti sem tu me veres B)
Faria piedade a toda a gente.

Mesmo a beijar-me, a tua boca mente... C)
Quantos sangrentos beijos de mulheres
Pousa na minha a tua boca ardente,
E quanto engano nos seus vãos dizeres!...

Mas que me importa a mim que me não queiras, D)
Se esta pena, esta dor, estas canseiras,
Este mísero pungir, árduo e profundo,

Do teu frio desamor, dos teus desdéns, E)
É na vida, o mais alto dos meus bens?
É tudo quanto eu tenho neste mundo?

(Florbela Espanca. Sonetos, 2025.)

Verifica-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte verso:

a) "Este querer-te bem sem me quereres," (1ª estrofe)
b) "Andar atrás de ti sem tu me veres" (1ª estrofe)
c) "Mesmo a beijar-me, a tua boca mente..." (2ª estrofe)
d) "Mas que me importa a mim que me não queiras," (3ª estrofe)
e) "Do teu frio desamor, dos teus desdéns," (4ª estrofe)

---

3. (VUNESP – 2025)

SUS amplia a oferta da vacina contra meningite para crianças de 12 meses

O Governo Federal vai ampliar, a partir de 1º de julho, a oferta da vacina ACWY contra meningite para crianças de 12 meses, no Sistema Único de Saúde (SUS). O esquema vacinal, que inclui atualmente duas doses de vacina meningocócica C, uma aos 3 meses e outra aos 5 meses, passará a contar agora com a dose de reforço aos 12 meses da vacina ACWY, que oferece proteção ampliada contra sorogrupos da bactéria que causa a meningite.

A atualização do cronograma vacinal foi arquitetada em 2024, quando a pasta lançou as Diretrizes para o Enfrentamento das Meningites até 2030, para o combate à meningite bacteriana, em parceria com a sociedade civil e organismos nacionais e internacionais, alinhadas com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A meningite é uma doença inflamatória, que atinge as meninges, membranas que revestem o cérebro e a medula espinhal. Pode ser causada por bactérias, vírus, fungos e parasitas; pode, também, ter origem não infecciosa.

Até o momento, em 2025, o Brasil registrou 4.406 casos confirmados de meningite, sendo 1.731 do tipo bacteriana, 1.584 viral e 1.091 por outras causas ou tipos não identificados. As meningites bacterianas são mais frequentes no outono e no inverno. As virais predominam na primavera e no verão.

(Caetano Yamamoto, Correio Braziliense. Disponível em: https://www. correiobra ziliense. com. br/ brasil/ 2025/ 06/ 7187695- sus- amplia- a- oferta- da- vacina- contrameni ngite- para- criancas- de- 12- meses.html. Adaptado)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL

→ DIREITO PENAL - MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)

1. (VUNESP – 2025) A conduta de restituir à circulação moeda sabidamente falsa, recebida de boa-fé como verdadeira,

a) configura crime e é punida apenas com multa.
b) configura crime e é punida com detenção e multa.
c) configura mera infração administrativa contra a fé pública.
d) não configura crime, mas apenas contravenção penal.
e) não configura crime para o particular, mas apenas para o funcionário público.

→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)

2. (VUNESP – 2025) É crime, expressamente previsto no "caput" combinado com o inciso IV do art. 293 do CP, falsificar cautela de penhor emitida por entidade de direito público. Na hipótese de o documento de cautela ser legitimamente cancelado pela entidade, mediante a aposição de um carimbo, a conduta do sujeito que suprime tal carimbo, visando a uma nova utilização da cautela de penhor, é

a) típica e punida com a mesma pena, tendo em vista a equivalência das condutas de falsificar e suprimir.
b) atípica, tendo em vista ausência de expressa previsão legal para a punição da supressão.
c) típica e punida pelo próprio "caput" combinado com o inciso IV do art. 293 do CP, tendo em vista que a supressão também é considerada uma forma de falsificação.
d) típica e punida pelo CP, tendo em vista que o bem jurídico também é atingido pela supressão.
e) atípica, tendo em vista que não se pode admitir interpretação extensiva para que a supressão seja englobada pelo conceito de falsificação.

---

3. (VUNESP – 2023) A falsificação de selo destinado a controle tributário configura crime de

a) falsificação do selo ou sinal público.
b) falsificação de cartão.
c) reprodução ou adulteração de selo.
d) petrechos de falsificação.
e) falsificação de papéis públicos.

→ PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO (ARTS. 294 A 295 DO CP)

4. (VUNESP – 2024) A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) É crime próprio de funcionário público.
b) É crime de ação múltipla ou de conteúdo variado.
c) Tem por objeto material o objeto (instrumento) destinado à falsificação de papéis públicos e particulares.
d) Admite a modalidade culposa.
e) É crime instantâneo e inadmite tentativa.

→ FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO (ART. 296 DO CP)

5. (VUNESP – 2024) Tendo em conta as condutas criminalizadas no artigo 296, caput e parágrafos, do Código Penal (crime de falsificação de selo ou sinal público), é correto afirmar:

a) todas as modalidades previstas são crimes próprios de funcionários públicos.
b) todas as modalidades previstas exigem elemento subjetivo especial, consistente na finalidade de prejudicar terceiros, em benefício próprio ou alheio.
c) a modalidade de falsificar, prevista no caput, tem por objeto material selo para autenticação de ato oficial da União e dos Estados, excluídos os Municípios.
d) a modalidade de utilizar, prevista no inciso II, do parágrafo 1o, tem por objeto material selo ou sinal público verdadeiros.
e) todas as modalidades previstas são crime de perigo abstrato, não se exigindo resultado naturalístico diverso da conduta realizada.

---

6. (VUNESP – 2023) Crime que tem a pena aumentada quando cometido por funcionário público que se prevalece do cargo:

a) falsidade de atestado médico.
b) falsidade material de atestado ou certidão.
c) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.
d) falsificação do selo ou sinal público.
e) falsificação de documento particular.

→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP)

7. (VUNESP – 2024) Caio, comerciante, contratou Mévia para trabalhar como recepcionista na loja de sua propriedade, tendo procedido à anotação do contrato de trabalho na carteira profissional, mas com remuneração menor à efetivamente paga. Tício alterou o número do chassi constante do documento de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo. Seprônia, em petição protocolizada em processo em que atua como advogada, afirmou de forma inverídica a hipossuficiência de Mévio, seu cliente, para o fim da concessão da justiça gratuita. Mévio, por sua vez, cliente de Seprônia, firmou declaração inverídica de hipossuficiência, para instruir pedido de justiça gratuita.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)

1. (VUNESP – 2026) O magistrado Mévio preside uma ação penal contra o réu Tício, acusado de peculato. Durante o trâmite processual, a defesa de Tício apresenta exceção para o afastamento do magistrado, fundamentando-se nos seguintes fatos:

- Fato 1: Mévio é primo de primeiro grau (4o grau na linha colateral) da vítima do suposto crime de peculato.
- Fato 2: Mévio é primo de primeiro grau (4o grau na linha colateral) do promotor de justiça que atua no feito.
- Fato 3: Mévio segue, em rede social, páginas de caráter genérico sobre combate à corrupção, sem qualquer manifestação direcionada contra o réu.

Com base nos artigos 252 a 256 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

a) o magistrado está impedido em razão do fato 1, pois o parentesco com a vítima, independentemente do grau, gera presunção absoluta de parcialidade.
b) o magistrado está impedido em razão do fato 2, uma vez que o Código de Processo Penal veda a atuação de juiz que possua parentesco em linha colateral até o 4º grau com o representante do Ministério Público.
c) o fato 3 configura causa de suspeição, pois a adesão pública a ideologias de combate à criminalidade demonstra que o juiz é interessado na causa, conforme o art. 254, IV, do CPP.
d) as causas de impedimento são fundadas em critérios objetivos e legais, não se admitindo interpretação extensiva para alcançar parentes de 4º grau.
e) o magistrado está impedido em razão dos fatos 1 e 2, pois o parentesco com a vítima ou com o representante do Ministério Público são causas que obstam o exercício da jurisdição por força do princípio da moralidade administrativa.

---

2. (VUNESP – 2025) De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz será considerado

a) suspeito se tiver aconselhado qualquer das partes.
b) impedido se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
c) suspeito se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
d) impedido se um parente seu (no caso, seu primo) responde a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
e) suspeito se o seu cônjuge for diretamente interessado no feito.

---

3. (VUNESP – 2024) Caio, magistrado, casou-se, em abril de 2024, com Mévia, filha de Tércio, perito judicial. Posteriormente ao casamento, Caio verificou que Tércio atuou como perito judicial em processos que estão sob sua jurisdição.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funciona como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.
b) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atua como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.
c) Ainda que venha a se divorciar de Mévia, Caio não poderá exercer jurisdição nos processos em que Tércio funcionou como perito judicial.
d) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funcionou como perito judicial.
e) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atuou como perito judicial.

---

4. (VUNESP – 2024) Tendo em vista as causas de impedimento, suspeição e incompatibilidade previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) Uma vez que o Ministério Público, no processo penal, é titular da ação penal pública e atua como parte interessada, a ele não se aplicam as regras de suspeição e impedimento.
b) O juiz que, anteriormente à investidura, atuou no processo como auxiliar da justiça não está impedido de exercer jurisdição no feito, já que a vedação é restrita às funções de advogado, promotor de justiça, delegado de polícia, perito e testemunha.
c) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo juízes que forem parentes consanguíneos entre si, em linha reta ou colateral, inexistindo proibição, contudo, quanto aos que forem parentes afins, em linha colateral.
d) A dissolução do casamento não faz cessar a causa de impedimento decorrente de parentesco por afinidade, ainda que ausente descendente. Contudo, faz cessar a causa de suspeição, ainda que sobrevier descendente.
e) O desembargador do Tribunal não poderá atuar em julgamento de recurso contra decisão proferida em processo em que ele próprio, atuando como juiz de primeiro grau, tenha se pronunciado sobre questão de fato ou de direito.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)

1. (VUNESP – 2025) Maria contratou o escritório de advocacia ABC advogados associados, representado por Adriano para ajuizar uma ação de reintegração de posse. Meses depois, contratou o escritório de advocacia XYZ advogados associados, representado por Bruno para ajuizar sua ação de divórcio. A ação de divórcio foi distribuída perante a 2ª Vara de Família do Município Lago Verde, cuja juíza, Alessandra, é casada com Adriano.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Alessandra deve ser considerada

a) suspeita para julgar o caso.
b) suspeita para julgar o caso apenas se restar comprovado interesse direto no resultado da ação.
c) impedida para julgar o caso.
d) apta para julgar o caso, desde que o seu marido se afaste provisoriamente do escritório de advocacia ABC durante o trâmite da ação de divórcio.
e) apta para julgar o caso.

---

2. (VUNESP – 2024) José, juiz de direito, percebeu que um dos processos judiciais a ele distribuídos tinha como réu instituição de ensino para a qual presta serviços, por meio de contrato, sem vínculo empregatício, produzindo material para um curso de pós-graduação na modalidade EAD. Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que José

a) é suspeito, não podendo atuar no processo.
b) é suspeito, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.
c) é impedido, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.
d) é impedido, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo.
e) poderá atuar livremente no processo, pois não possui relação de emprego com a instituição de ensino ré.

→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)

3. (VUNESP – 2025) Carlos e Marina estão casados há 10 anos e não têm filhos. Após algumas dificuldades no relacionamento, eles decidem que o divórcio é a melhor solução. No entanto, o casal tem divergências sobre a divisão dos bens. Para evitar um processo litigioso, Carlos e Marina decidem buscar um método alternativo para a solução dos conflitos. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Carlos e Marina têm livre autonomia para escolher tanto a mediação quanto a conciliação, mas não podem alterar as suas regras procedimentais.
b) Preferencialmente, deverá atuar no litígio um conciliador, que poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
c) Se Carlos e Marina não chegarem a um acordo acerca da escolha do conciliador, o juiz designará um conciliador ou mediador, que poderá ou não estar cadastrado no tribunal.
d) Carlos e Marina podem alterar as regras procedimentais, no entanto, a mediação será informada pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.
e) Desde que de comum acordo, Carlos e Marina podem escolher o mediador que deverá estar cadastrado no tribunal.

---

4. (VUNESP – 2024) Na 2a Vara Cível da Comarca de São Bartolomeu, o juiz titular encaminha dois despachos, em dois processos diferentes, para publicação. O chefe da secretaria, Marcelo, é responsável pela organização dos processos e pela gestão dos prazos. O primeiro despacho recebido é relativo a uma ação de indenização decorrente de um acidente de trânsito proposta por Helena. O segundo despacho recebido, reconhecido pelo juiz em seu pronunciamento judicial como ato urgente, é relativo a uma ação proposta por João, buscando uma tutela antecipada em caráter de urgência para evitar a alienação de um imóvel. Marcelo, então, publica primeiro o despacho relativo ao processo de Helena e, no dia seguinte, publica o despacho do processo de João.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O juiz poderá, de ofício, requisitar informações a Marcelo sobre a obediência à ordem cronológica, que deverão ser prestadas no prazo de 5 (cinco) dias.
b) Se for constatada a preterição de João, o juiz determinará o imediato cumprimento do ato e a instauração de processo administrativo disciplinar contra Marcelo.
c) João, sentindo-se preterido, deverá reclamar ao juiz por meio de procedimento administrativo.
d) Marcelo disponibilizará a lista de processos recebidos desde que mediante pedido fundamentado de João.
e) Marcelo agiu corretamente, uma vez que a lei estabelece que ele atenderá, obrigatoriamente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)

1. (VUNESP – 2025) A respeito da teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos fundamentais são uma combinação de conquistas históricas, valores morais e razão pública, possuem uma dimensão jusnaturalista e não dependem de positivação constitucional.

b) A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais corresponde ao impacto que produzem no ordenamento jurídico como um todo e ao que representam enquanto valores éticos compartilhados pela sociedade.

c) Os direitos fundamentais, em regra, não podem ser restringidos por atos do poder legislativo, salvo se as restrições decorram de atos do poder constituinte.

d) Os direitos fundamentais não dependem de outorga pelo legislador e correspondem a direitos que independem do processo político majoritário.

e) Os direitos fundamentais não se aplicam às relações intersubjetivas, pois, desde a sua origem, visam proteger os indivíduos de condutas imputáveis ao poder público.

---

2. (VUNESP – 2025) A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Na experiência constitucional brasileira, os direitos individuais são previstos desde a primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, pois, durante o período imperial, as Cartas Constitucionais não previram direitos individuais nem coletivos, mas apenas mecanismos de manutenção e concentração do poder.

b) Os direitos fundamentais podem ser restringidos tanto por expressa disposição constitucional quanto por norma legal promulgada com fundamento na Constituição, e também por meio de limitações advindas da colisão de um direito fundamental com outros bens jurídico-constitucionais.

c) É uníssono na doutrina brasileira que os animais não podem ser titulares de direitos fundamentais, em face da ausência de previsão legal e do rol estrito de tais direitos, o que não ocorre, por exemplo, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante diversos direitos dessa natureza aos animais.

d) A noção de que os direitos fundamentais cumprem papéis diversificados na ordem constitucional, o que se denomina de multifuncionalidade, tem sua origem remota atribuída ao publicista alemão Wolfgang Hoffmann- Riem.

e) Apesar de existir posicionamento minoritário, a doutrina majoritária reconhece exclusivamente a aplicabilidade imediata das normas de direitos fundamentais elencadas no rol do artigo 5° da Constituição Federal.

---

3. (VUNESP – 2024) A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Todos os direitos fundamentais são considerados como universais e absolutos, sendo a qualidade de ser humano suficiente para a titularidade desses direitos.

b) Os direitos fundamentais são, essencialmente, inalienáveis e disponíveis, o que decorre diretamente do valor da dignidade humana.

c) Os direitos fundamentais vinculam diretamente o Poder Executivo e o Poder Legislativo, mas apenas indiretamente o Poder Judiciário.

d) O princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais não significa que, em todas as situações e automaticamente, os direitos fundamentais geram direitos subjetivos.

e) Os direitos fundamentais são os mesmos em todas as épocas, o que é reflexo da ideia única de dignidade da pessoa humana.

→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

4. (VUNESP – 2024) No que se refere aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Compreendem os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão, os direitos civis e políticos, cujo titular é o indivíduo. Compreendem os direitos de segunda geração (ou dimensão) os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos ou de coletividades.

b) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os destinados à coletividade e à fraternidade, albergando o princípio da solidariedade, como, por exemplo, o direito ao meio ambiente, à paz e ao progresso.

c) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida, à liberdade e ao voto. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos à moradia digna, ao transporte de qualidade e ao trabalho.

d) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão constituem apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos relacionados ao bem-estar social.

---

5. (VUNESP – 2023) Na literatura de direitos fundamentais, estipula-se frequentemente um ordenamento geracional de direitos, sendo correto afirmar a este respeito que

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOUTRINA E LEIS FEDERAIS) - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)

1. (VUNESP – 2026) Considerando o disposto na Lei no 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) Somente as entidades privadas criadas ou custeadas diretamente pela administração pública estão abrangidas pela lei de improbidade administrativa, independentemente de receberem subvenções, benefícios ou incentivos fiscais.

b) Os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de entes públicos não estão sujeitos às sanções, pois referido diploma normativo resguarda apenas os bens públicos.

c) Estão sujeitos às sanções legais os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de entes públicos.

d) Para que uma entidade privada seja alcançada pela Lei no 8.429/1992 em razão da prática de atos de improbidade, é necessário que esta integre a Administração Indireta do ente público.

e) Os prejuízos causados por atos de improbidade contra entidade privada custeada pelo erário público devem ser integralmente ressarcidos ao erário, independentemente da repercussão do ilícito sobre o montante da contribuição advinda dos cofres públicos.

---

2. (VUNESP – 2026) A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é correto afirmar:

a) o estagiário e o ocupante de cargo em comissão não são considerados agentes públicos para os fins da Lei de Improbidade Administrativa.

b) o mero exercício de função pública que tenha como resultado a prática do ato ilícito implicará a responsabilidade do agente.

c) aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade Administrativa os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

d) considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei, bem como a voluntariedade na prática da conduta.

e) a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos particulares, ainda que induzam ou concorram para a prática de ato ilícito por agente público.

---

3. (VUNESP – 2026) De acordo com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, à Lei de Improbidade Administrativa, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos

a) a todas as sanções aplicadas ao causador do dano.

b) apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

c) apenas à suspensão dos direitos políticos.

d) apenas à penalidade de multa.

e) à prisão civil.

---

4. (VUNESP – 2026) Tendo em vista o que consta da Lei nº 8.429/1992, bem como a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, acerca da improbidade administrativa, pode-se corretamente afirmar:

a) a ilegalidade, por si só, independentemente da vontade do agente, configura ato de improbidade.

b) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência não pacificada, salvo se vier a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

c) é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se a presença do elemento subjetivo dolo.

d) a voluntariedade do agente, por si só, basta para a caracterização do dolo para fins de improbidade administrativa.

e) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de participação e benefícios diretos.

---

5. (VUNESP – 2025) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992).

a) As disposições da Lei no 8.429/1992 são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa ou culposamente para a prática do ato de improbidade.

b) Em face de disposição expressa, aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei no 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

c) Dolo é a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos da Lei, mas, em face da supremacia do interesse público, é suficiente a voluntariedade do agente.

d) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Tribunal de Contas competente, para as providências necessárias, sob pena de responsabilidade solidária.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO INTERNA

→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.111/2010 - PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES DO TJSP

1. (VUNESP – 2025) Tânia é escrevente judiciária e tem a intenção de se tornar chefe de seção judiciária.

Com base nessa informação e no disposto na Lei Complementar no 1.111/2010, é correto afirmar:

a) Tânia deve ter dez anos de carreira, formação em Direito, Economia ou Administração e não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos cinco anos para ser nomeada.

b) para ser nomeada ao cargo, Tânia deve ser indicada pelo juiz diretor do foro.

c) Tânia não pode ocupar o cargo, por se tratar de função reservada a magistrados.

d) para concorrer ao cargo, Tânia deve participar de processo seletivo promovido pelo Comitê de Recursos Humanos, a ser composto de entrevista com os candidatos e avaliação escrita.

e) Tânia deve ter exercido anteriormente cargos dessa natureza, ainda que em substituição, ou comprovar experiência adequada, de acordo com critérios estabelecidos pelo Comitê de Recursos Humanos para ser nomeada.

---

2. (VUNESP – 2019) De acordo com a Lei Complementar Estadual no 1.111/2010, poderá participar da Promoção o servidor que tenha cumprido, no último grau do nível em que se encontrar, o interstício mínimo de

a) 06 (seis) meses de efetivo exercício.

b) 05 (cinco) anos de efetivo exercício.

c) 04 (quatro) anos de efetivo exercício.

d) 01 (um) ano de efetivo exercício.

e) 02 (dois) anos de efetivo exercício.

→ TOMO I - CAPÍTULO II: SEÇÃO I - SUBSEÇÕES I E II (ARTS. 5º A 18 DAS NSCJSP)

3. (VUNESP – 2024) Considerando o que estabelecem as Normas da Corregedoria Geral de Justiça a respeito da Corregedoria Permanente e das Correições Ordinárias, Extraordinárias e Visitas Correcionais, é correto afirmar que

a) as atas das correições serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos de até 60 (sessenta) dias para a ordinária e até 15 (quinze) dias para a extraordinária, após realizadas.

b) o Corregedor Geral da Justiça, após consulta ao Presidente do Tribunal de Justiça, visando o princípio da eficiência e o interesse da administração, poderá alterar a designação do Corregedor Permanente.

c) a correição extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada a qualquer momento e com prévio anúncio, e poderá ser geral ou parcial.

d) a correição ordinária será realizada uma vez por ano, de preferência no mês de fevereiro, em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correcional.

e) o escrivão auxiliará o Juiz Corregedor Permanente nas diligências correcionais, vedada a nomeação de escrivão 'ad hoc' entre outros servidores da unidade.

---

4. (VUNESP – 2024) No tocante aos procedimentos administrativos previstos nas Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, na hipótese de ser constatada uma falta disciplinar, quando, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensão, mas não definida a sua autoria, é correto afirmar que deve ser instaurada

a) sindicância, por meio de portaria.

b) apuração preliminar, por meio de resolução.

c) apuração preliminar, por meio de portaria.

d) processo administrativo, por meio de portaria.

e) sindicância, por meio de resolução.

---

5. (VUNESP – 2024) João foi recentemente empossado no cargo de escrevente judiciário e, em conversa com colegas de trabalho, soube que, em breve, o Juiz Corregedor Permanente comparecerá à unidade, para apurar em termos gerais a regularidade das rotinas do cartório e dos serventuários. Com base na situação hipotética e no disposto nas Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que caso

a) o comparecimento se dê no contexto de um ato correcional, o contato do Juiz Corregedor Permanente com a unidade deve ocorrer preferencialmente de forma presencial, pois são vedadas correições virtuais.

b) se trate de unidade responsável pelo recolhimento de pessoas, João pode concluir que visitas dessa natureza podem ser realizadas mensalmente.

c) o comparecimento aconteça no contexto de uma correição ordinária, o Juiz elaborará uma ata de correição em até 15 dias, em que descreverá todos os eventos relevantes ocorridos.

d) compareça durante serviços correcionais, todos os serventuários permanecerão à disposição do Juiz Corregedor Permanente, caso haja a anuência do Juiz Titular responsável pela unidade.

e) compareça no contexto de uma visita correcional, o Juiz deverá comunicar, previamente, à unidade, o dia e horário, devendo também fazer um relato suscinto no livro de visitas e correições.

---

6. (VUNESP – 2023) Em relação à atividade correicional, assinale a alternativa correta de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a) A correição extraordinária consiste na fiscalização excepcional realizada a qualquer momento e sem prévio anúncio e abrangerá todo o serviço judiciário, devendo a ata ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de até 60 (sessenta) dias após sua realização.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (VUNESP – 2026) Um praticante de atletismo, em suas últimas 5 provas, alcançou os seguintes tempos: 3min01; 3min12; 2min54, 2min58, 3min15. Esse atleta quer diminuir o seu tempo médio por prova em 2 segundos, considerando, no cálculo dessa nova média, essas 5 provas e as 2 próximas que fará. Para que isso aconteça, é necessário que o seu desempenho nas 2 provas seguintes seja tal que a média dos tempos nelas alcançados seja igual a

a) 2min54.
b) 2min55.
c) 2min56.
d) 2min57.
e) 2min58.

---

2. (VUNESP – 2026) Uma mãe, um pai e os seus 4 filhos trabalham regularmente, e todos contribuem com os gastos fixos da casa onde moram. No mês de março, para totalizar esses gastos fixos, a mãe e o pai contribuíram, cada um, com 8% do salário que receberam, e cada filho contribuiu com 5% do salário recebido. No mês de março, a média aritmética simples dos salários da mãe e do pai foi igual ao triplo da média aritmética simples dos salários dos filhos. Se, nesse mês, os salários dos filhos foram, respectivamente, R$ 2.900,00; R$ 3.200,00; R$ 3.300,00 e R$ 4.600,00; os gastos fixos com a casa foram iguais a

a) R$ 2.380,00.
b) R$ 3.440,00.
c) R$ 4.060,00.
d) R$ 4.350,00.
e) R$ 5.220,00.

---

3. (VUNESP – 2025) Considere a sequência de números criada com o padrão lógico: 17, 16, 21, 19, 25, 22, 29, 25, 33, 28, 37...

Alguns desses elementos aparecem duas vezes na sequência, como por exemplo o número 25. Considere os 6 primeiros números que aparecem duas vezes na sequência. A média aritmética simples desses números é igual a

a) 34.
b) 37.
c) 48.
d) 55.
e) 61.

---

4. (VUNESP – 2025) A média aritmética simples dos salários de 10 funcionários de uma empresa era, inicialmente, de R$ 3.500,00. Depois de uma reformulação das carreiras, houve um aumento de 10% no salário de todos esses funcionários, e, além disso, foram contratados 2 novos funcionários, cada um com salário de R$ 4.000,00. Calculando, então, a média aritmética simples dos salários atuais desses 12 funcionários, obtêm-se

a) R$ 3.875,00.
b) R$ 3.925,00.
c) R$ 3.725,00.
d) R$ 3.625,00.
e) R$ 3.575,00.

---

5. (VUNESP – 2025) Durante uma conferência, foram feitas quatro apresentações, sendo que a primeira, a segunda e a terceira tiveram durações de 1 hora, de 1 hora e 10 minutos e de 55 minutos, respectivamente.

Se a média aritmética simples dos tempos de duração das quatro apresentações foi igual a 1 hora e 5 minutos, é correto concluir que a quarta apresentação teve duração de

a) 1 hora e 15 minutos.
b) 1 hora e 12 minutos.
c) 1 hora e 8 minutos.
d) 1 hora e 2 minutos.
e) 1 hora e 1 minuto.

---

6. (VUNESP – 2025) Há quatro anos, a média aritmética simples das idades de Gilson, de Luciana, sua esposa, e de Daniel, o filho do casal, era igual a 21 anos. Hoje, além de Daniel, o casal tem a filha Natália, de 3 anos, e o filho Luan, de 2 anos.

Considerando essas informações, é correto afirmar que a diferença entre a média aritmética simples das idades dos três familiares, há quatro anos, e a média aritmética simples das idades dos cinco componentes atuais dessa família é igual a

a) 3 anos.
b) 4 anos.
c) 5 anos.
d) 6 anos.

---

7. (VUNESP – 2025) Em um escritório com certo número de funcionários, a média dos salários, em setembro, era R$ 3.600,00. Em outubro, dois novos funcionários foram contratados em semanas diferentes. Na primeira semana de outubro, o primeiro funcionário foi contratado, de maneira que a média dos salários dos funcionários do escritório passou a ser R$ 3.500,00, e na terceira semana de outubro, o segundo funcionário foi contratado, fazendo com que a média dos salários mudasse para R$ 3.550,00.

Sabendo que o salário do segundo funcionário contratado na terceira semana de outubro é R$ 1.150,00 a mais do que o salário do primeiro funcionário contrato na primeira semana de outubro, o número de funcionários do escritório após essas duas contratações passou a ser

a) 13.
b) 11.
c) 9.
d) 8.
e) 15.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

INFORMÁTICA

→ INFORMÁTICA - WINDOWS 11

1. (VUNESP – 2026) Por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 11, ambos em configuração-padrão, um usuário selecionou 3 arquivos de texto de uma pasta local de seu computador e, interessado em criar uma pasta compactada, com senha, no formato ZIP, contendo os 3 arquivos, clicou com o botão secundário do mouse sobre os arquivos selecionados para ver as opções disponíveis apenas com os programas-padrão do MS-Windows 11. Com relação às pastas compactadas em formato ZIP e aos aplicativos acessórios-padrão do MS-Windows 11, é correto afirmar que _____ apenas com os aplicativos acessórios-padrão. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

a) é possível abrir qualquer pasta compactada com senha, e é permitido criar uma nova pasta compactada com senha
b) é permitido criar uma nova pasta compactada com senha, mas só é permitido abrir uma pasta compactada com senha criada no próprio computador
c) é possível abrir uma pasta compactada com senha, mas não é permitido criar uma nova pasta compactada com senha
d) é possível criar uma nova pasta compactada com senha, mas não é permitido abrir uma pasta compactada com senha
e) não é possível criar uma nova pasta compactada com senha, nem abrir uma pasta compactada com senha

---

2. (VUNESP – 2026) Em um computador com Microsoft Windows 11, em sua configuração padrão, um _____ pode ser criado na _____ . Ao se desligar esse computador, o conteúdo que existe na _____ é _____ .

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

a) pasta ... Barra de pesquisa ... Área de Trabalho ... perdido
b) arquivo ... Área de Trabalho ... Área de Transferência ... enviado para a Lixeira
c) atalho ... Área de Trabalho ... Área de Transferência ... perdido
d) atalho ... Área de Transferência ... Área de Transferência ... enviado para a Central de Notificações
e) arquivo ... Área de Trabalho ... Área de Transferência ... enviado para a Área de Trabalho

---

3. (VUNESP – 2026) Um usuário do sistema operacional MS-Windows 11, em sua configuração padrão, apagou um atalho que era utilizado para a abertura de um programa editor de textos que ele havia instalado em seu computador. A respeito dessa ação, é correto afirmar que

a) os arquivos editados com o programa são apagados.
b) o programa deixa de abrir os arquivos já editados.
c) o diretório do programa editor de textos é compactado.
d) o editor de textos deixa de aceitar novas atualizações.
e) o editor de textos continua instalado no computador.

4. (VUNESP – 2026) No ambiente de trabalho do sistema operacional MS-Windows 11, na configuração padrão, o que ocorre na situação em que um usuário copia um segundo item, caso o histórico da Área de Transferência tenha sido previamente desativado?

a) É exibido um aviso antes de substituir o primeiro item.
b) É possível colar o primeiro item usando Colar Especial.
c) O novo item substitui o item copiado anteriormente.
d) Os dois itens estarão disponíveis para colagem.
e) Todos os itens copiados são salvos no disco local.

---

5. (VUNESP – 2026) Considerando a Área de Transferência do MS-Windows 11, em sua configuração padrão, assinale a alternativa verdadeira.

a) Para colar algo do histórico da Área de Transferência, usa-se o atalho Ctrl + Alt + V.
b) O histórico da Área de Transferência não vem ativo por padrão no MS-Windows 11.
c) Pode-se ativar e desativar o histórico da Área de Transferência por meio do atalho Windows + H.
d) Automaticamente, o histórico da Área de Transferência é compartilhado entre todos os usuários locais do MS-Windows 11.
e) O histórico da Área de Transferência é sincronizado via nuvem caso não tenha internet.

---

6. (VUNESP – 2026) Um usuário do sistema operacional Microsoft Windows 11, em sua configuração padrão, necessita acessar o conteúdo de um extenso arquivo de texto a partir de diferentes pastas, todos armazenados no disco rígido do seu computador. Em lugar de criar cópias desse arquivo em cada uma das pastas, ele cria atalhos para o arquivo original.

Na situação descrita, uma das vantagens de usar atalhos em lugar de replicar arquivos é

a) encriptar esses arquivos automaticamente.
b) reduzir o tempo de acesso ao arquivo no disco.
c) minimizar o espaço de armazenamento necessário.
d) otimizar a eficiência da rede computacional.
e) produzir cópias de segurança desse arquivo.

---

7. (VUNESP – 2026) Para facilitar o desenvolvimento de seu trabalho, um auxiliar costuma organizar suas tarefas em diferentes ambientes dentro de seu computador. Para tanto, ele utiliza o recurso denominado Área de Trabalho Virtual do Microsoft Windows 11, em sua configuração padrão, cuja criação rápida pode ser feita pelo acionamento simultâneo das teclas Windows, CTRL e

a) A.
b) T.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS

1. (VUNESP – 2026) Cada alternativa a seguir contém 3 sentenças. Assinale a alternativa que apresenta duas e apenas duas proposições simples.

a) Ricardo comprou um carro vermelho.
Lave suas mãos antes de comer.
Não derrame café no banco do carro do Ricardo.

b) Qualquer pessoa sabe quanto é 20 + 20?
Sem dúvida aquela moça ali sabe.
Moça, você sabe quanto é 20 + 20?

c) O resultado da adição do número 5 com o número 7 é 12.
O número representado por X somado com o número representado por Y resulta em 12.
Se 5 mais 7 resulta em 12, então 12 menos 7 resulta em 5.

d) As flores daquele jardim são pequenas.
Como o gramado está bem aparado!
Marcos aparou o gramado ontem.

e) Busque suas coisas imediatamente.
Ele buscou todas as coisas.
Será que alguma coisa ficou faltando?

---

2. (VUNESP – 2025) Das alternativas a seguir, assinale aquela que, corretamente, contém uma proposição lógica:

a) $x + y = 1$.
b) Você sabe o que é Lógica Matemática?
c) $(\exists x \in \mathbb{R}) \mid x^2 + 4 = 0$.
d) Excelente!
e) $x \leq 12$.

→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE

3. (VUNESP – 2026) Observe as seguintes quatro afirmações verdadeiras sobre amigos e o país que desejam ou não visitar:

- Fátima quer ir à Noruega ou Hugo quer ver o Japão.
- Hugo não quer ver o Japão ou Gerson prefere a Espanha.
- Júlia escolheu a Argentina ou Fátima não quer ir à Noruega.
- Gerson não prefere a Espanha.

A partir dessas informações, é logicamente correto afirmar que

a) Hugo quer ver o Japão e Gerson não prefere a Espanha.
b) Gerson não prefere a Espanha e Júlia não escolheu a Argentina.
c) Fátima quer ir à Noruega e Júlia escolheu a Argentina.
d) Hugo não quer ver o Japão e Fátima não quer ir à Noruega.
e) Júlia não escolheu a Argentina e Fátima quer ir à Noruega.

---

4. (VUNESP – 2026) Considere como verdadeiras as afirmações:
Aline é advogada ou Bernardo é bombeiro.
Bernardo não é bombeiro ou Davi é desenhista.
Aline não é advogada ou Cleide é contadora.
Davi não é desenhista.
A partir dessas informações, é logicamente correto afirmar que

a) se Davi não é desenhista, então Bernardo é bombeiro.
b) Aline é advogada se, e somente se, Bernardo é bombeiro.
c) Cleide não é contadora ou Davi é desenhista.
d) se Bernardo é bombeiro, então Aline não é advogada.
e) se Davi não é desenhista, então Aline é advogada e Cleide não é contadora.

---

5. (VUNESP – 2026) Considere as afirmações e os respectivos valores lógicos:
I. Se F acontece, então G acontece e H acontece. FALSIDADE.
II. G acontece ou J acontece. VERDADE.
III. H acontece ou K acontece. VERDADE.
IV. Se H não acontece, então J acontece. FALSIDADE.
A partir dessas afirmações, é logicamente verdadeiro que

a) G acontece e H acontece.
b) H não acontece e K não acontece.
c) J não acontece e G não acontece.
d) F acontece e H acontece.
e) K acontece e F acontece.

---

6. (VUNESP – 2026) Considere verdadeiras as afirmações:
I. Margarida não tem mais que 1,80 m.
II. Gerson não tem mais que 1,80 m ou Hudson não tem mais que 1,80 m.
III. Hudson não tem mais que 1,80 m ou Jussara tem mais que 1,80 m.
IV. Kátia não tem mais que 1,80 m ou Gerson tem mais que 1,80 m.
V. Luiz tem mais que 1,80 m ou Kátia tem mais que 1,80 m.
VI. Margarida tem mais que 1,80 m ou Luiz não tem mais que 1,80 m.
A partir dessas informações, é logicamente e necessariamente verdadeiro que

a) Kátia tem mais que 1,80 m.
b) Jussara tem mais que 1,80 m.
c) Luiz tem mais que 1,80 m.
d) Gerson não tem mais que 1,80 m.
e) Hudson tem mais que 1,80 m.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO